

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.736.569 - SP (2018/0088669-4)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE : POMPEO AUTOMOVEIS LTDA**  
**ADVOGADO : LUIZ GUSTAVO ZACARIAS SILVA - SP167554**  
**RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : ELISABETE NUNES GUARDADO E OUTRO(S) - SP105818**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pela POMPEO AUTOMOVEIS LTDA., fundado na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão do TJ/SP assim ementado:

APELAÇÃO. Ação anulatória de débito fiscal c.c. pedido de declaração de inexistência de relação jurídico-tributária. IPVA dos exercícios de 2012 a 2014. Revendedora de veículos. Alienação de veículo ocorrida em outubro/2008, não comunicada ao DETRAN. Sentença de improcedência. Responsabilidade solidária do adquirente e do alienante quanto aos débitos que recaem sobre o veículo. Inteligência artigos 10, § 1º, III, e 31, ambos da Portaria Detran/SP 1.606/05, art. 134 do CTB. Condenação em honorários em percentual máximo. Sentença de improcedência mantida. Recurso desprovido.

Nas razões do especial, a recorrente alega violação do art. 134 do CTB, sustentando não ser mais responsável pelo pagamento do IPVA, na medida em que o lançamento do tributo ocorreu após a efetiva transferência da propriedade, que – no caso de bens móveis – ocorre com a simples tradição. Acrescenta que o dispositivo supra não se aplica à cobrança de tributos, mas apenas às penalidades de trânsito.

Com contrarrazões, o recurso foi admitido pelo Tribunal de origem.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC de 2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

Feita essa consideração, cabe ressaltar, inicialmente, que o recurso especial se origina de ação declaratória ajuizada pela recorrente, em desfavor da Fazenda do Estado de São Paulo, em que pretende a inexigibilidade de cobrança do IPVA.

Ante a improcedência do pedido reconhecida pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Guarulhos/SP, a recorrente interpôs apelação, que foi desprovida pelo TJ/SP. Vejamos, no que interessa, o que está consignado no voto condutor do acórdão recorrido (e-STJ fls. 172/174):

No caso em tela observo que a autora alienou o veículo em questão em outubro de 2008 a A Costa, Proteção, Comércio e Assistência Técnica de

Produtos para Segurança Ltda., e não comunicou o fato diretamente ao DETRAN. O art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro assim dispõe: (...)

E em se tratando de empresa revendedora de veículos, tem-se que a comunicação de venda pode ser feita mediante comprovante de transferência de propriedade, contrato de compra e venda, nota fiscal ou quaisquer documentos que comprovem a venda do veículo, como bem dispõe o art. 10 da Portaria 1.606/2005:

(...)

E, pelo que consta dos autos, o veículo fora vendido e entregue pela ora recorrente à outra empresa, em data anterior à ocorrência dos fatos geradores dos IPVAs cobrados pela Fazenda Estadual, sendo certo que cabia a revendedora regularizar a transação junto ao órgão de trânsito, de forma que é a responsável pelo débito tributário incidente sobre o veículo alienado sem a comunicação da autoridade de trânsito.

Insta consignar que a Portaria Detran/SP permitiu as revendedoras de automóveis averbar a nota fiscal quando da compra de veículo destinado a revenda, de forma que afastou a exigência contida no inciso I do art. 123 do CTB mas não as obrigações contidas nas demais normas, sendo irrelevante a existência de mera tradição do veículo, já que competia à alienante do bem efetuar a comunicação aos órgãos competentes sobre a transferência.

Assim, se não houve comunicação tempestiva da transferência nos termos do art. 134 do CTB, cabe à autora a responsabilidade solidária pelos débitos pendente, no caso, referentes aos exercícios de 2012 a 2014, que totaliza o valor de R\$ 1.980,71.

No mesmo sentido já decidiu este E. Tribunal Paulista:

“IPVA REVENDEDORA DE VEÍCULOS. Pretendida anulação de débitos incidentes sobre veículos alienados antes da data do fato gerador, com o cancelamento dos protestos das respectivas CDAs. Inadmissibilidade. Revendedora que adquire bem para comercialização é responsável por regularizar a cadeia registral do referido bem no órgão de trânsito, nos termos dos artigos 134 do Código de Trânsito Brasileiro e 6º, II da Lei Estadual nº 13.296/08, não revogado pela Portaria DETRAN nº 1.606/05. Manutenção da sentença de improcedência. Recurso desprovido.” (Apelação nº 1001627-49.2015.8.26.0114, Rel.Nogueira Diefenthaler, j. 01.06.16).

Pois bem.

Com efeito, a Primeira Seção desta Corte Superior já pacificou entendimento, por meio do Enunciado Sumular n. 585, no sentido de que: "A responsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, não abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação".

Todavia, deve-se ressaltar que a orientação supra somente é aplicável nas hipóteses em que o Tribunal de origem não faz nenhuma menção à legislação estadual que regule a cobrança do imposto na respectiva Unidade da Federação.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. IPVA. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA. EX-PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, CUJA ALIENAÇÃO NÃO FORA COMUNICADA AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO. LEI ESTADUAL. OBSERVÂNCIA.

1. O art. 134 da Lei n. 9.503/1997 não trata de responsabilidade tributária,

sendo restrito à responsabilização pelas penalidades administrativas do veículo cuja alienação não foi comunicada ao departamento de trânsito, conforme entendimento sedimentado na Súmula 585 do STJ, segundo a qual "a responsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do CTB, não abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação".

2. Nos termos do art. 124 do CTN, somente por lei específica pode ser instituída a solidariedade quanto à responsabilidade pelo pagamento de tributos, de modo que a atribuição da responsabilidade solidária, por débitos de IPVA, ao ex-proprietário do veículo é condicionada à previsão da lei estadual.

3. Hipótese em que o acórdão *a quo* deve ser mantido, pois, embora o Tribunal de origem, na solução da controvérsia, tenha citado como fundamento o art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro, também mencionou o estabelecimento da responsabilidade tributária solidária por meio de lei estadual.

4. Recurso especial não provido.

(REsp 1.640.978/SP, de minha Relatoria, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 12/05/2017).

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IPVA. TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DOS VEÍCULOS AUTOMOTORES. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AOS ÓRGÃOS ESTADUAIS. SÚMULA 585/STJ. APLICAÇÃO.

1. A Súmula 585/STJ, possui o seguinte teor: "A responsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro CTB, não abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação". Contudo, a referida súmula somente é aplicável nos casos em que o Tribunal de origem não faz qualquer menção à legislação estadual. Precedentes.

2. No caso concreto, o Tribunal de origem foi silente quanto à previsão, na legislação estadual, da responsabilidade tributária nas hipóteses em que o contribuinte deixa de comunicar aos órgãos estaduais competentes acerca da transferência da propriedade do bem automotivo, pelo que a mencionada súmula deve ser aplicada.

3. Recurso especial a que se dá provimento.

(REsp 1.744.668/PA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 15/10/2018).

*In casu*, o acórdão recorrido faz alusão às Leis Estaduais n. 6.006/89 e 13.296/2008, ainda que, nas ementas dos julgados do TJ/SP, que deram alicerce à fundamentação relativa à solidariedade do alienante do veículo pelo adimplemento do imposto, quando não comunicado o negócio jurídico ao órgão competente.

A propósito, merece transcrição o seguinte excerto da sentença que foi proferida pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Guarulhos/SP (e-STJ fls. 96/97):

Consta que a autora alienou o veículo para A. Costa Proteção, Comércio e Assistência Técnica de Produtos para Segurança Ltda., em 2 de maio de 2008, conforme nota fiscal (fls. 23).

Com efeito, a responsabilidade tributária vem expressa no artigo 6º, inciso II, da Lei Estadual n.º 13.296/98, que dispõe a respeito do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores:

“Artigo 6º - São responsáveis pelo pagamento do imposto e acréscimos

legais: (...) II - o proprietário do veículo automotor que o alienar e não fornecer os dados necessários à alteração na Cadastro de Contribuintes do IPVA no prazo de 30 (trinta) dias, em relação aos fatos geradores ocorridos entre o momento da alienação e o do conhecimento desta pela autoridade responsável; § 2º - A responsabilidade prevista nos incisos I, II, III, VII, VIII, IX, X, XI e XII deste artigo é solidária e não comporta benefício de ordem.” É incontroverso que a autora não fez a comunicação da transferência do veículo dentro no prazo de trinta dias constante do artigo 134, do Código de Trânsito Brasileiro, razão pela qual não se pode afastar sua responsabilidade tributária pelo pagamento do tributo em tela. Nesse sentido, já decidiu o E. Tribunal de Justiça: (...)

Não merece reforma a decisão colegiada, ante o óbice da Súmula 83 do STJ, segundo a qual "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida”.

Aliás, inviável qualquer discussão a respeito da existência, ou não, de efetiva comunicação da venda ao DETRAN, já que o Tribunal de origem decidiu a questão com base no acervo fático-probatório dos autos, cujo reexame é vedado em sede de recurso especial, por óbice da Súmula 7 do STJ.

Por fim, cumpre salientar que, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 7 do Plenário do STJ, sessão de 09/03/2016).

Na presente hipótese, o Tribunal de Justiça de São Paulo, ao negar provimento à apelação interposta pela empresa recorrente, manteve os honorários da sentença, os quais foram fixados em 20% do valor atualizado da causa, com base no art. 85, § 3º, I, do CPC/2015.

Assim, em cumprimento à nova sistemática processual, deixou de majorar os honorários advocatícios, pois já alcançaram o patamar máximo estabelecido pela legislação pertinente.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO GURGEL DE FARIA**

Relator